



VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTION UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR

“Movilidad, Gobernabilidad e Integración Regional”

Mar del Plata, Argentina

29 de Noviembre al 1º de Diciembre de 2007



ÁREA TEMÁTICA – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Autor: Leopoldo Nogueira e Silva.

*Estagiário
Instituto de Estudos Latino-Americanos
Estudante de Graduação do Curso de Pedagogia
Centro de Ciências da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina*

Título: O Manifesto da F. U. de Córdoba de 1918: retomando o sonho do movimento estudantil para impulsionar uma revolução universitária na América Latina.

Resumo

O Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, em 1918, na sua essência fala de uma revolução sonhada pela juventude daqueles tempos que ecoou dos “os homens de uma República livre” para toda a América Latina. O estabelecimento universitário nos países de língua espanhola do continente já existia há séculos, permeado por um antigo ranço patrocinado pelas oligarquias e pelo poder religioso avalizando toda a sua estrutura que mediocrizava e refletia a sociedade decadente. O movimento estudantil da época havia se sintonizado com os “rebeldes” daquele tempo, vendo nos ideais socialistas, da Revolução Russa, e na decadência da Europa pós-guerra, bons motivos para reivindicar um novo perfil de universidade que atendesse as necessidades das classes burguesa e operária em ascensão. Nos países de língua espanhola este documento foi devidamente apreciado, e inspirador, para provocar as reformas universitárias que se faziam urgentes. Entretanto, no Brasil não se verificou o mesmo junto às nascentes universidades durante o primeiro governo de Vargas, e ele apenas é citado pelos grandes pensadores da educação no decorrer do século XX. Na celebração dos 90 anos do Manifesto de Córdoba, é justo querer trazer ao conhecimento dos brasileiros este documento, para que inspire uma nova geração de jovens insatisfeitos que se rebelam contra o projeto de mercantilização da educação patrocinado pelo Governo Federal, ao mesmo tempo em que sonhamos com uma revolução, na universidade, que nos retire desse estado de atraso, desmotivação, alienação e desmobilização política característicos de boa parte do movimento estudantil brasileiro.

Palavras-chave: Reforma Universitária; Movimento Estudantil; Manifesto de Córdoba.

Introdução

Poucos autores ou estudiosos brasileiros fazem referência ao Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, após uma seqüência de acontecimentos em que estudantes locais se revoltaram contra os abusos verificados na universidade e sociedade da época, provocando a mesma reação nas outras províncias do país. Este movimento provocou um processo de reforma universitária na Argentina.

As referências bibliográficas que existem são, em sua maioria, superficiais e assinalam apenas os pontos reivindicados e uma reconhecida importância para fazer alastrar, na América de língua espanhola, um movimento de luta pela reforma universitária nos estabelecimentos existentes há séculos no resto do continente, e mal ainda nascidos no Brasil.

Leituras e pesquisas em textos brasileiros referentes a essa época - anos 20/30 - tanto em textos estudados nas demais disciplinas como em livros garimpados nas bibliotecas da UFSC não nos permitiram verificar, em nenhuma passagem, referências ao movimento de Córdoba como que inspirando a luta pela criação das universidades no Brasil. Se essa influência houve, como provavelmente se deu, não ficou registrada nos escritos a que tivemos acesso.

Apenas bem mais tarde, com Darcy Ribeiro, em seu livro “A universidade necessária”, vamos encontrar pouco mais de uma página citando a importância daquele evento no cenário das reformas educacionais para o ensino superior na América Latina. O próximo texto é um extenso artigo do Professor do Curso de Economia da UFSC, Nildo Ouriques, que aborda com mais profundidade em sua análise, o justo reconhecimento da luta dos estudantes cordobenses como marco das discussões no campo do ensino superior no continente latino-americano. Além de afirmar o desconhecimento desse movimento e do Manifesto no Brasil, ele também faz referência à importante compilação de Dardo Cúneo de documentos referente às reformas universitárias que se deram no continente latino-americano. Posteriormente, o texto aborda o contexto das propostas (neo)liberais para equalização do ensino superior a fim de atender as demandas do mercado capitalista, além das resistências a esse modelo proposto pelo Governo Lula, e que nos anos recentes deformam a compreensão e o sentido do que seja reforma universitária necessária para o país. E estas são as referências ao Manifesto de Córdoba de 1918, encontradas em língua Portuguesa, uma na Biblioteca Setorial do CED/Centro de Ciências da Educação, e a outra, na biblioteca pessoal do referido professor. Em apenas mais três outros livros são encontrados, em língua espanhola, capítulos mínimos que tocam no assunto dos eventos de Córdoba.

Pesquisador à frente do IELA, Instituto de Estudos Latino-Americanos, da UFSC, a análise daquele documento feita pelo Professor Ouriques tem uma diferença que a faz original. Sua análise é concebida dentro dos objetivos propostos pelo Instituto que preside, que são o de embasamento de uma teorização na crítica à concepção eurocentrista das Ciências Sociais a propor a produção de um pensamento próprio, latino-americanizado, e não colonizado.

Procedimentos Metodológicos

E, foi a partir dessa concepção de fazer Ciência na América Latina, e numa universidade pública, que nos inspiramos para redirecionar esforços na compreensão daquelas lutas estudantis e acadêmicas para a reforma da educação na Argentina, descobrir o Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, de 1918, e verificar a medida das influências que tiveram na área da educação na América Latina, ou seja, a reforma universitária na América Latina.

Buscaremos compreender o contexto religioso, político, social, econômico, e cultural na história da Argentina do período colonial, com a chegada dos espanhóis e da Ordem Jesuíta, até a primeira presidência de Yrigoyen com a União Cívica Radical no poder, de 1916 a 1922, a fim de entender os processos que antecederam a revolta dos estudantes que elaboraram o Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, em 21 de junho de 1918. Feito isso iremos identificar, no conteúdo deste documento, os pontos principais de reivindicações do movimento estudantil incorporados à reforma universitária verificada no país no decorrer dos acontecimentos, assinalando a repercussão que o Manifesto teve no continente latino-americano no que se refere à educação no ensino superior, e estabelecer algumas reflexões sobre o ensino superior, e estabelecer algumas reflexões sobre a questão do ensino superior a partir dos textos estudados.

Pressupostos teóricos

Assim foi que nos reorientamos, no sentido de fazer uma análise histórico-crítica do material bibliográfico colhido, para compreender a relação entre as forças de pensamento em embate na época, as circunstâncias históricas que antecederam e produziram o movimento dos estudantes em 1918 e que acabaram por produzir tal Manifesto.

Destacaríamos a importância do pensamento e das ações desenvolvidas no campo político, especialmente pelo Presidente Yrigoyen no poder entre 1916 e 1922 como apoiador do movimento estudantil de então, e que decretou a reforma universitária na Argentina, na tentativa de compreender o modelo sócio-econômico-cultural e educacional no país, do seu período colonial até o da república nascente, para entender o teor das reivindicações dos estudantes, e a importância que tiveram dentro daquela sociedade em processo de profundas mudanças. Na seqüência, apresentamos a Universidade de Córdoba sob o domínio espanhol e jesuíta, desde a chegada dos primeiros europeus à região do Rio da Prata; como a Universidade se desenvolveu ao longo dos anos no período colonial, e posteriormente no período republicano e início do século XX. Procuraremos identificar as repercussões que o movimento estudantil e o Manifesto de Córdoba tiveram no continente latino-americano, além de fazer reflexões sobre o futuro da reforma universitária neste contexto de mundo neoglobalizado.

A chegada dos espanhóis à região do Rio da Prata

O primeiro encontro europeu com as terras ao sul do Novo Mundo se produz em 1502, com a embarcação de Américo Vespúcio. Depois, o navegante espanhol Juan Díaz de Solís visitou a região que mais tarde se converteriam em território argentino por volta de 1516. Pedro de Mendoza fundou o Porto de Santa María del Buen Ayre em

1536, e seu assentamento fracassou devido aos conflitos com os indígenas, que posteriormente foi refundada como cidade de Trinidad y Puerto de Santa María del Buen Ayre, que viria a ser Buenos Aires.

A Espanha estabeleceu uma colônia permanente em Buenos Aires em 1580 como parte do Vice-Reinado do Peru. Em 1776 os espanhóis elevaram o status dessa região para Vice-Reino, ao estabelecer o Vice-Reinado do Rio da Prata, que abarcou o que hoje é a Argentina, Uruguai e Paraguai, assim como a maior parte da atual Bolívia. Nessa época Buenos Aires se converteu em um porto florescente, monopolizado comercialmente pela corte espanhola na Europa.

Com a chegada da expedição de Juan Díaz de Solís em 1516 ao Rio da Prata começa efetivamente a dominação espanhola naquela região e todo um planejamento de ampliação dos domínios de El Rey se estabelece, e junto com ele, o domínio dos Jesuítas. Córdoba, da Nova Andalucia, foi fundada em 6 de julho de 1573 pelo sevilhano Don Jerônimo Luis de Cabrera. A comarca, estendida pelo Valle de Quizquisacate, estava habitada pelos aborígenes Comechingones, que moravam nas imediações do Rio chamado Suquia.

Além da estrema organização, planejamento das cidades, destruição e assimilação das populações indígenas dentro do espírito colonizador que a caracterizava, a Coroa Espanhola impôs às suas colônias na América um sistema de castas fundado no grau de uma suposta “pureza de sangue” que derivava de uma estrita classificação das pessoas por raças e híbridos. Os espanhóis sustentavam que existiam três raças (branca, índia e negra) e dez possíveis híbridos (mulato, mestiço, zambo, terceiro, qualtrabo, zambaigo, tresalbo, mulato preto, zambo preto e quarteirão). Os híbridos eram considerados “manchados” ou de “sangue impuro”, mas existiam diferenças entre eles: o “sangue índio” “manchava” por três gerações e o “sangue” negro” manchava por toda a eternidade. No alto desse sistema de castas se encontravam os “espanhóis peninsulares”, considerados de “sangue puro”, a quem se reconhecia ma maior quantidade de privilégios, seguidos dos “espanhóis americanos”, conhecidos como “criollos” descendentes legítimos de mãe e pai espanhóis, mas com menos direito que os primeiros. No lugar mais baixo da escala social se encontravam os “negros”, ocupando o último lugar por aqueles nascidos na África. Do mesmo modo a Coroa Espanhola impôs o Cristianismo e o “castellano” como língua. Em toda a América espanhola regiam os costumes e modas espanhóis, embora as diferentes etnias e culturas que integravam a população colonial também encontrassem mecanismos para preservar alguns aspectos de seus patrimônios culturais, lingüísticos e religiosos, que muitas vezes se fundiram entre si para gerar novas manifestações culturais.

Estes conceitos de raça, de privilégios e de superioridade iriam influenciar, e muito, toda a formação daquele povo, o pensamento intransigente e reinante nas escolas e universidades, e a história da nascente nação Argentina depois da declaração da independência das colônias, e depois, de algum modo entraria na pauta de reivindicações por mais democracia na voz jovens estudantes universitários argentinos do começo do século XX, descendentes daqueles “criollos”.

A chegada da Universidade e dos Jesuítas à região do Rio da Prata

Nessa influência da cultura europeia e espanhola e todos os seus “conceitos” e superioridade de raça, diferentes “governadores” fundaram as principais cidades que atualmente constituem as capitais das províncias da Argentina. Nesse mesmo contexto é que se fundam as primeiras universidades no Novo Mundo e, no Vice-Reinado do Rio da Prata, a Universidade de Córdoba. Notamos que durante quase 300 anos se criaram na América espanhola um total de 33 universidades, e algumas delas tiveram apenas uma existência nominal. As Universidades fundadas na época da expansão colonizadora da coroa espanhola se criaram, também, dentro dos objetivos expansionistas da Ordem Jesuítica (em algumas regiões e casos), e como expressões da Contra-Reforma da Igreja Católica no campo da educação. Destinavam-se à formação do clero e das elites governamentais que estudavam teologia e leis dentro dos modelos ainda medievais da metrópole europeia. Elas foram:

- . São Domingos, atual República Dominicana (1538) por Bula do Papa Paulo III; também chamada de Universidade Santo Tomás de Aquino, criada e dirigida pela ordem dos Dominicanos;
- . México (1551,1553). Real y Pontificia Universidad, por autorização do Rei, atual Universidad Nacional Autónoma de México;
- . San Marco/Lima, atual Peru (1551): sede do Vice-Reinado. Real y Pontificia Universidad de San Marcos de Lima, por autorização do Rei, atual Universidad Nacional Mayor de San Marco;
- . Santa Fé de Bogotá/Bogotá, atual Colômbia (1575/1580) por Bula do Papa;
- . Quito, atual Equador (1586) por Bula do Papa;
- . Charcas (Chuquisaca/Sucre, atual Bolívia) (1587);
- . Córdoba, Vice-Reino del Rio de La Plata, atual Argentina (1613).

A Companhia de Jesus se radicou na capital da província de Córdoba em finais de 1599, e eles se fixaram num complexo educacional-espiritual chamado de a Manzana Jesuítica (Mansão Jesuítica). Desde então desenvolveu intenso trabalho na área de educação e catequização das gentes nas “terras infieis”, e a criação do Colégio Máximo em 1610, a Universidade de Córdoba em 1613, e o Colégio de Monserrat em 1687, formam as bases de um sistema que se auto-sustentava economicamente, integrado por várias missões espalhadas pelo território provincial, como Estância Caroya (1616), Jesus Maria (1618), Santa Catalina (1622), Alta Gracia (1642), Candelaria (1683) e San Ignacio (1725), com toda uma estrutura de colégios, claustros, noviciados, bibliotecas e oficinas.

Dentre tantos “progressos” trazidos pelos Jesuítas àquela região da Argentina, cabe destacar a primeira imprensa no sul da América, e como um todo, a construção de um projeto espiritual, econômico, social e territorial que constituiu a base do desenvolvimento cultural, territorial e da paisagem da região cordobesa, onde se conjugavam arte, arquitetura e tecnologia num exemplo de fusão entre valores culturais europeus e locais. A respeito do assunto das características da colonização espanhola nas Américas, Mariategui discorre enormemente sobre o esquema da evolução econômica que se procedeu no sul do continente, e no Peru (Vice-Reinado na época), que traduz na vida social e cultural toda uma política voltada a separação de classes e manutenção dos privilégios das elites dirigentes. Lembramos aqui que, segundo ele,

“España nos legó, de otro lado, un sentido aristocrático y un concepto eclesiástico y literario de la enseñanza. Dentro de este concepto, que cerraba las puertas de la

Universidad a los mestizos, la cultura era un privilegio de casta. El pueblo no tenía derecho a la instrucción. La enseñanza tenía por objeto formar clérigos y doctores”

e assim, compreendemos que este espírito sectário persistiu ao longo dos anos na colônia, e mesmo depois, nas Repúblicas latino-americanas do século XIX.

A Universidade de Córdoba no período Jesuítico: 1613 a 1767

A universidade foi criada em 1613 pelo Bispo Juan Fernando de Trejo y Sanabria, a partir do Colégio Máximo, iniciando os Estudos Superiores e ministrando Filosofia e Teologia especialmente para os membros da Ordem Jesuítica. O Breve Papal de Gregório XV, de 1621, é ratificado pelo monarca espanhol Felipe IV no ano seguinte, e assim que estes documentos chegam a Córdoba através do superior provincial da Companhia de Jesus, Pedro Oñate, e com o acordo dos catedráticos, declara-se inaugurada a Universidade e, assim, o ensino superior na Argentina. A partir desse período é que os títulos concedidos pela Universidade têm validade oficial. Os estudos escolásticos desde o início estiveram influenciados pelas doutrinas de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. A Teologia configurava o currículo, condensado no Trivium (gramática, retórica e dialética), e no Quadrivium (aritmética, música, geometria e astronomia).

É interessante notar que, ao contrário do que ocorria na Europa (Paris, Oxford ou Bolonha no século XII lutando contra os poderes eclesiásticos e laicos) essas instituições na América espanhola se criaram pela vontade do poder estabelecido, e não contra eles. Assim é que este modelo de universidade, também na Argentina, tem por forte característica e repressão da livre expressão do pensamento, reprimido dentro do universo católico e, posteriormente, das oligarquias dominantes do país também na república, refletido no pensamento das universidades.

Em meados de 1687, dentro das dependências da universidade se criam os Colégios Maiores, como o de Nossa Senhora de Montserrat. Desde sua criação e por mais de 150 anos a universidade teve um perfil exclusivamente filosófico e teológico. Os Jesuítas estiveram à frente da universidade até 1767, quando foram expulsos por Resolução do Rei Carlos III, e esta passou à direção dos Franciscanos. Já no século XVIII são incorporados os estudos das leis (Cátedra de Jurisprudência), junto com a Faculdade de Direito e Ciências Sociais, e a partir desse momento é que deixa de ser exclusivamente teológico. A sua primeira reforma curricular então, se deu em 1791, exatos 178 anos depois de sua criação.

Nesse meio tempo, acontecia a Declaração da Independência dos Estados Unidos, e no decorrer dos anos a anexação de territórios controlados pela Coroa Espanhola na América do Norte. Tivemos a Revolução Francesa e a difusão dos ideais de liberdade, a Inconfidência Mineira esmagada e o início da expansão do Império napoleônico, entre outros acontecimentos. Espanha e Portugal controlam com mão de ferro os seus territórios no Novo Mundo, e de certa maneira são refratários na metrópole, e sobretudo nas colônias, aos avanços no pensamento científico e da Revolução Industrial desenvolvida sobretudo na Inglaterra. Os dois impérios, espanhol e português, sobreviviam às custas do saque promovido em suas colônias.

A Universidade de Córdoba, numa disputa pela direção da universidade entre os franciscanos e o clero secular, passou a se chamar Real Universidade de São Carlos e de Nossa Senhora de Montserrat, por determinação da Coroa Espanhola de 1800. Com este nome adquire o duplo título de Real e Pontifícia, e se nomeia para sua direção o decano Gregório Funes, que através dos anos promove reformas nos estudos e introduz novas matérias, com o afastamento dos franciscanos da direção da universidade: física, química, anatomia, e uso de microscópios, máquinas pneumáticas, barômetros e termômetros são exemplos de instrumentos utilizados na época pela universidade.

A Universidade de Córdoba no período pós-Jesuítico

No decorrer das invasões napoleônicas na Europa, nos idos de 1806 e 1807, forças militares inglesas realizaram as chamadas Invasões Inglesas na zona do Rio da Prata, que logo foram rechaçadas. Quebra-se o direito institucional na colônia espanhola ao ser destituído o Vice-Rei e eleito outro na forma popular e não mais pro designação d'El Rey de Espanha. Acontece a Revolução de 1810, em Buenos Aires, que instalou o primeiro governo em sua maioria com membros “criollos” (fato inédito naquele tempo) nas Províncias Unidas do Rio da Prata, e novas autoridades tomam para si a Universidade de Córdoba, que ainda mantém na reitoria o decano Funes. As colônias do Novo Mundo vão proclamar sua independência. Os “criollos”, de sangue não tão puro pelos padrões espanhóis, passam a dominar a cena.

Depois da crise, uma onda revolucionária mexeu com a ordem da colônia, que ainda era governada pelo Reinado do Rio Prata. Isso culminou com a criação de um Estado batizado com o nome de Províncias Unidas da América do Sul cuja independência foi proclamada em nove de julho de 1816, pelo congresso de Tucumán, tendo à frente as personalidades de José de San Martín e Simón Bolívar. Seguiu-se pelos anos uma série de conflitos entre “unitários” e “federalistas” para determinar o futuro da nação.

A primeira constituição, proclamada em 1819, criou o marco legal para o surgimento de um país unitário, quer dizer, o poder se centraria na capital, Buenos Aires. As províncias se opuseram a manter essa situação e propuseram um regime federal que lhe dessem uma margem de autonomia. Uma luta sangrenta entre unitários e federais protagonizou a cena política dos primeiros anos do jovem país.

A República e a nacionalização da Universidade de Córdoba

Pouco a pouco as universidades provinciais vão se nacionalizando, passando à direção e dependência do governo federal e, finalmente, em 1854 a de Córdoba se torna a Universidade Nacional de Córdoba. É o período de organização do sistema político federal e republicano, e paralelo a isso ocorreu a fundação e expansão do sistema educativo nacional.

Entre 1860 e 1880 se deram numerosas reformas acadêmicas em consonância com o que acontecia no resto de boa parte do mundo “civilizado”. Em 1864 se eliminam os estudos teológicos. Sob a presidência do Presidente Faustino Sarmiento, a ciência adquiriu impulso mediante a incorporação de professores estrangeiros especialistas em Ciências Físicas, Matemáticas e se abre a Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e

Naturais. Por essa época nascia a Academia de Ciências Exatas e o Observatório Astronômico, e em 1877 se abre a Faculdade de Medicina.

Sarmiento foi sucedido por Nicolás Avellaneda em 1874, que se empenhou em controlar os territórios ainda ocupados por indígenas. Durante a década seguinte, o general Julio Argentino Roca estabeleceu o controle do governo nacional sobre os pampas ao aniquilar os povos indígenas a quem pertenciam originalmente aquelas terras. Em 20 de setembro de 1880, o Congresso Nacional declarou Buenos Aires a capital da República Argentina.

A Lei Avellaneda: os estatutos das universidades nacionais

Em 1885 é promulgada a Lei Avellaneda (Lei No. 1597, de 25 de junho de 1885: Estatuto das Universidades Nacionais), a primeira lei universitária que fixou as bases às quais deveriam se ajustar os estatutos das universidades nacionais em seu regime administrativo. Posteriormente, em 1886, se modificam os estatutos na Universidade Nacional de Córdoba para se ajustar àquela lei. Desta época até 1918 a Universidade se achava integrada por quatro faculdades: a de Filosofia e Humanidades; a de Direito e Ciências Sociais; a de Ciências Físico-Matemáticas e, a de Medicina.

1880-1916: um período de conservadorismo na política republicana e na universidade

Na Argentina vários presidentes se sucederam nesse período: Julio A. Roca (1880), Miguel Juárez Celman (1886), que demitiu em 1890 como consequência da revolução encabeçada por Leandro N. Alem, que foi sufocada e o substituiu o vice-presidente Carlos Pellegrini. O seguiram no poder Luis Sáenz Peña (1892), José Evaristo Urriburu (1895), Julio Argentino Roca (1898), Manuel Quintana (1904), José Figueroa Alcorta (1906), Roque Sáenz Peña (1910), Victorino de la Plaza (1914).

Neste tempo existiu virtualmente apenas um partido único, o Partido Autonomista Nacional (PAN) que monopolizou o poder com base em eleições fraudulentas (voto cantado) e reprimindo qualquer força que tentasse se organizar como oposição, excluindo-se o General Julio A. Roca, apoiado pelo poder militar e econômico dos grandes fazendeiros.

A “República Conservadora” organizou um exitoso modelo agro-exportador que incluiu o país em um esquema de divisão internacional de trabalho que reservava aos países do norte europeu o papel de fornecedor de bens industriais, enquanto a Argentina se estabelecia como território provedor de alimentos (carnes e cereais) para suprir as necessidades dos trabalhadores da Europa, principalmente os britânicos, em estado mais avançado da industrialização capitalista.

Essa “Geração dos 80”, como ficou conhecida, impulsionou o desenvolvimento econômico da região, mas o poder começa a se dividir entre as mãos dos grandes proprietários e da burguesia industrial crescente, com a maioria da população se concentrando nas grandes cidades. Houve um período maciço de imigração européia entre 1870 e 1930, em sua maioria de camponeses italianos e espanhóis. Estes estrangeiros não traziam consigo apenas sua força de trabalho para as terras argentinas,

mas também muito de idéias revolucionárias que viriam perturbar o sossego daquelas classes oligárquicas.

A chegada dos radicais ao poder: a União Cívica Radical

O PAN dominou obstinadamente a política Argentina até 1916, quando a Lei Sáenz Peña (1912) - pela eleição com voto secreto e universal, apenas para homens permitiu o triunfo eleitoral da União Cívica Radical, liderada por Hipólito Yrigoyen. Estes radicais já haviam protagonizado diversos intentos revolucionários contra o que denominavam “O Regime”, e abriram as portas do poder à classe média Argentina em franca expansão. Os radicais apresentaram mais que um programa de governo, uma declaração de princípios: a “Causa” contra o “Regime”, a Reparação Histórica, a recuperação da ética e o respeito ao federalismo. Foi um momento de profundas mudanças para a sociedade Argentina. No mundo, já ia pelo meio a Primeira Guerra Mundial.

Yrigoyen não conseguiu agir contra minorias e setores descontentes do exército e grupos paramilitares. Ainda minoria no Congresso, e sem praticamente recorrer a ele, Yrigoyen manteve uma atitude pouco inclinada ao diálogo e negociação com os descontentes e, inclusive, dando pouco autonomia a seus ministros. Esse estilo “pessoal” de governar era severamente criticado por um amplo setor dentro da UCR, que se denominavam os “anti-personalistas”. Em vários casos Yrigoyen recorre à intervenção federal a fim de debilitar a oposição, mas aprofundando a confrontação com os setores conservadores da sociedade. No primeiro governo de Yrigoyen de 1916 a 1922, se privilegiou um setor há muito esquecido pelo PAN: a classe média. Entre as ações de Yrigoyen contam a criação do YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales); a criação da Marinha Mercante Nacional; a aprovação de uma série de leis de arrendamentos rurais para proteger os pequenos agricultores frente aos grandes proprietários, e organizou o Banco Hipotecário Nacional, para apoiar com crédito subsidiado aqueles pequenos proprietários rurais. Em 1918, por exemplo, o Estado interveio como vendedor único da colheita de cereais para o exterior.

Neste período de seu governo também foi impulsionada a política de expansão e fortalecimento do sistema ferroviário estatal, e enfrentou as poderosas companhias ferroviárias estrangeiras ao vetar a lei de formação de empresas ferroviárias mistas anteriormente sancionada pela oposição. Na política externa o presidente manteve neutralidade na Primeira Guerra Mundial, sob forte pressão dos países envolvidos no litígio.

Sua política em relação ao trabalho foi extremamente contraditória. Por um lado impulsionou a sanção de leis trabalhistas e mandou ao Congresso, em 1921, um projeto de Código do Trabalho, coincidindo com as reclamações que os socialistas e o movimento de operários vinham desejando desde há décadas. Do mesmo modo, atuou como mediador em numerosos conflitos trabalhistas, promovendo a negociação das partes em acordos baseados na justiça social. Entretanto, por outro lado, manteve relações muito conflituosas com o Partido Socialista (que possuía uma importante representação parlamentar), e com o movimento operário, negando aos sindicatos seu direito de representar os trabalhadores argentinos no ato da constituição da OIT, Organização Internacional do Trabalho, em 1919, o que foi extremamente repreendido pelo organismo internacional. Yrigoyen também decidiu dissolver a FOP, Federação

dos Operários Petroleiros, e reprimiu os protestos da YPF. Foi durante o seu governo que se produziram os maiores massacres civis até então da história Argentina: a Semana Trágica (1919), e os Fuzilamentos da Patagônia (1921/22).

Em 1918 começa o movimento pela Reforma Universitária, apoiado por Yrigoyen, que aprovou os primeiros estatutos reformistas, principalmente nos aspectos de autonomia universitária e co-governo estudantil na administração das universidades.

1918: um ano em que quase tudo aconteceu na Argentina

Neste período da história está se vivendo o final da Primeira Guerra Mundial, os primórdios da Revolução Russa, e desde os finais do século XIX um forte sentimento anti-imperialista e de afirmação da unidade e soberania latino-americana se sugere entre a política e a cultura do continente. A repercussão do triunfo bolchevique na Rússia tem um efeito direto na Argentina, quando se funda o partido Socialista Internacional, que depois se denominará Partido Comunista. Os radicalistas triunfam nas urnas.

Em Córdoba se aprofundavam distúrbios que começaram em final de 1917, com as primeiras manifestações de descontentamento, que foram a suspensão do Internato dos estudantes de Medicina e o Hospital de Clínicas da Universidade e outras questões relativa ao conteúdo e metodologia de ensino de disciplinas. No início de 1918, os protestos aumentam. O Conselho Superior da Universidade não cede, muito distante de supor que aquilo era sintoma de algo mais grave. Do mesmo modo, havia também pelos estudantes, a percepção de que os acontecimentos ocorridos no Velho Mundo, e a falência daquele modo de vida e de sociedade não poderiam acontecer no Novo Mundo, na América Latina.

Mas, paramos um pouco para pensar: por que essa mobilização estudantil aconteceu em Córdoba, e não em Buenos Aires, capital da nação?

Assim, tentamos entender mais ainda uns pontos. A cidade de Córdoba desde há séculos era permeada por um espírito monástico de extrema exacerbação. A Universidade de Córdoba, já nacionalizada na época do Manifesto e sob a tutela do Estado e ainda sob os pálios da Igreja Católica, ainda possuía um ranço eclesiástico muito forte dadas as tradições religiosas do passado, além de que também carregava aquele peso da tradição, de ter sido a primeira universidade da Argentina, pelo espírito catequizador dos Jesuítas. Brunner enfatiza que ao início do século XX que Córdoba possuía uma universidade caracteristicamente tradicional, uma “universidade claustral”. Todo o sistema de administração da cidade e, por conseguinte, o da universidade era permeado por esse espírito conservador, e mesmo reacionário à mudanças. Outro dado a ser compreendido é que Buenos Aires já se encontrava num processo mais adiantado de secularização e modernização das instituições, e das acadêmicas naturalmente. Por isso, é compreensível que em Córdoba os embates tenham sido tão radicais e causassem tanta comoção, porque era uma verdadeira luta entre uma mentalidade renovadora e revolucionária contra uma arcaica e mesmo retrógrada, ou parada no tempo.

Então, pouco a pouco a insatisfação cresce, e depois das demandas dos estudantes de Engenharia e Medicina por mudanças na organização de seus cursos não terem sido contempladas nos finais do ano de 1917, eles constituem um Comitê Pró-reforma em 14 de março de 1918, que atuou como cabeça dos revoltosos até que se

fundasse a Federação Universitária de Córdoba, em 16 de maio do mesmo ano. Foi convocada, então, uma greve geral e um boicote às classes até que a reitoria desse por satisfeitas suas demandas. O conflito se ampliou a outros cursos e as demandas parciais, restritas a grupos de estudantes em seus cursos, se ampliaram e se radicalizaram numa plataforma/programa de reforma universitária. O movimento estudantil, organizado na voz da F. U. de Córdoba, passa a exigir uma mudança radical tanto nos conteúdos como nos métodos de ensino. Hugo Cancino fala desse momento:

“Ello (a mudança, cambio em español) implicaba la aceptación del pluralismo filosófico, del ejercicio de la crítica, de la experimentación científica y la autonomía de la Universidad de la influencia eclesial, como puntos centrales del ingreso de la Universidad a la modernidad”.

Naturalmente, o Conselho Universitário se negou a dialogar com os estudantes, e a essa altura, as manifestações não aconteciam apenas dentro dos muros universitários, mas já começava a caminhar pelas ruas da cidade atônita. Córdoba vai se encontrar dividida entre reformistas e clericais. Em 2 de abril o Conselho Universitário resolve suspender as aulas e ante esse inusitado o movimento estudantil resolve solicitar ao Ministro de Instrução Pública a intervenção da Universidade.

A intervenção deixou montado um novo mecanismo, que satisfiz aos alunos, e se realiza com todo o entusiasmo a campanha para as eleições das novas autoridades acadêmicas, de reitor até níveis mais abaixo. O interventor, José Matienzo, Procurador-geral da nação, que tampouco presumiu a profundidade do conflito e a natureza do descontentamento, e reduziu a reformar os estatutos de acordo com o que requeriam na então universidade mais moderna, a de La Plata. Em 1918, a República Argentina contava com três universidades nacionais: as de Córdoba, Buenos Aires e a universidade de La Plata (fundada em 1905). Além dessas, haviam 2 universidade provinciais: Universidade do Litoral (nacionalizada em 1919) e a Universidade Tucumán (nacionalizada em 1920).

Seu projeto de reforma tinha como idéia central a democratização do poder acadêmico. Como primeira medida de sua gestão declara vagos os cargos de reitor e de decanos. Houve pouco tempo depois, a eleição para os membros do Conselho da Universidade, e a de decanos em 28 de maio, com a participação dos professores titulares e suplentes. Nessa eleição triunfaram a maioria dos candidatos que contavam com o apoio do movimento estudantil. Chega 15 de junho, o dia da eleição para reitor, e o movimento estudantil apóia publicamente o Dr. Enrique Martinez Paz. Mas este é derrotado e sai vencedor pelo escrutínio o Dr. Antonio Nores, representante dos setores anti-reformistas.

Os estudantes declaram greve contra a eleição de um reitor que expressava o espírito daquela universidade tradicional que repudiavam, e obtêm o apoio de todos os sindicatos, de personalidades nacionais, de outras federações universitárias e da própria Federação Universitária da Argentina (criada em 15 de abril de 1918) que decreta 4 dias de greve universitária como ação de solidariedade aos seus colegas de Córdoba.

A sorte não estava apenas lançada, mas, o movimento estudantil é que iria ditar as regras e os rumos que a Universidade de Córdoba tomaria dali pra frente. Uma Universidade que não mudou sua estrutura administrativa desde os tempos da

Independência, e que nem com sua nacionalização perdeu seu tom arcaico. Era o último elo da cadeia que “a atava à antiga dominação monárquica e monástica” que se devia romper. E, não apenas pede, mas exige que a juventude seja ouvida e intervém precisamente na condução e no governo de sua “própria casa”, a Universidade. Deodoro Roca, ativista dos direitos humanos e um dos mais destacados dirigentes do movimento reformista escreve a proclamação aos homens livres da América.

O Manifesto da Federação Universitária de Córdoba de 21 de junho de 1918

“Hombres de una República libre, acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana.”

E, assim segue o Manifesto, conhecido na América Latina e desconhecido no Brasil, e que tanta perturbação provocou entre aqueles poderes dominantes. Da primeira à última linha, tanto pelo teor das palavras os pontos em que se pede mudanças, descreve com todas as letras vários endereços a quem se destina a mensagem: aos homens livres da América, a Igreja católica, a oligarquia dirigente, os professores hipócritas e medíocres, aos bajuladores e favorecidos no toma-lá-dá-cá do jogo político de interesses, à juventude universitária e à sociedade, quase ignorante do que se passava. E não poupa ironia num estilo cheio de metáforas.

O candidato simpático à tendência estudantil fôra derrotado. Então, a juventude desperta para um problema: se os estatutos da universidade haviam sido reformados de acordo com suas aspirações, por que haviam sido derrotados nas suas maiores pretensões e, em primeira instância, fazer vencer um reitor de sua simpatia? Os jovens estudantes compreenderam que o erro não estava nos maus estatutos, senão no regime, nos homens que dominavam a universidade e não queriam ver a realidade: a mudança social que se ampliava, a modernização do mundo, a secularização da sociedade e da Universidade. A reforma dos estatutos universitários não poderia ser todo o fim do movimento e teriam que ir mais profundamente no assunto. Acreditavam que era necessário fazer isso, para o bem não apenas dos estudantes, mas senão de toda a sociedade. A democracia deveria ser vivida não apenas na universidade, no sentido do ensino e da administração dessa, mas também no sentido de se viver e se organizar em sociedade.

E, então, foram para o meio da sociedade, porque era lá que a realidade deveria ser compreendida no seu problema. Assim, os jovens que lutavam contra o regime universitário de coisas, falaram ao país, a toda a América, ampliando os horizontes de projeção da questão, abrindo os olhos da sociedade ao problema social que atravessava o país e o mundo naquele momento histórico. Os estudantes acreditavam perceber que pisavam sobre uma revolução, e queriam repartir isso com a sociedade de todo um continente. E assim, redigiram o famoso manifesto, falando aos homens livres de toda a América das tiranias e opressões das oligarquias que os prendiam a uma forma antiga e arcaica de poder, monástica e monárquica na forma e pensamento, que excluía os

estudantes e sociedade da participação nos destinos da nação, fora de bases democráticas no exercício da cidadania.

O movimento da Reforma Universitária de 1918, no contexto das profundas transformações sociais pelas quais passava a Argentina e de resto o mundo pós Primeira Guerra Mundial, é um símbolo de rebelião e ruptura com as tradições educativas repressivas, e se firmava no propósito do ensino como educação intelectual e moral defendido por professores não conformados com o modelo de educação vigente e, sobretudo, pela pressão do movimento estudantil alinhado com o espírito renovador que rodava o mundo naqueles tempos. Relembramos Mariategui citando Julio V. González, defendendo que o movimento estudantil não se encontrava desvinculado do que acontecia à época, senão que

“la reforma universitaria es parte de una cuestión que el desarrollo material y moral de nuestra sociedad ha impuesto a raíz de la crisis producida por la guerra. (...) la guerra europea, la revolución rusa y el advenimiento del radicalismo al poder como factores decisivos de la reforma argentina”.

O movimento estudantil criticava a visão feudal e eclesial do mundo, ainda mais nas atividades acadêmicas como um todo, na relação das universidades com a sociedade, na produção de uma pesquisa desinteressada dos interesses urgentes da oligarquia industrial, e um ensino que fosse mais que mera transmissão de conhecimentos que perpetuassem o atraso, dependência e subdesenvolvimento, com certificação de estudantes, mas preparação de homens e mulheres para a vida numa sociedade mais justa.

Na seqüência dos acontecimentos daqueles dias de junho a Federação Universitária Argentina celebrou o I Congresso Nacional de Estudantes Argentinos, de 20 a 32 de julho, na própria Universidade Nacional de Córdoba. O evento ratifica em grande parte a plataforma programática dos estudantes cordobenses. A reação dos anti-reformistas também conta com o apoio de várias alas conservadoras da sociedade, dentre elas a do Bispo Zenón Bustos, de Córdoba, que emite carta pastoral condenando o movimento e incitando os católicos à resistência. A rebeldia dos estudantes conta com a simpatia e a adesão pública dos Partido Socialista, representada por seu líder Alfredo Palacios, a adesão de entre outros, José Ingenieros, Alejandro Korn e Miguel Ugarte, pensadores influentes na época, a quem se creditava certa maestria e inspiração do movimento. O movimento estudantil toma o controle da Universidade em 9 de setembro de 1918, e em comunicado público convida o povo a acorrer à reabertura das aulas.

O governo de Yrigoyen respaldou a luta dos estudantes, a entendendo como componente de embates maiores contra a oligarquia, e atua com rapidez para legalizar as reivindicações do movimento estudantil. Em 7 de outubro do mesmo ano sela a reforma universitária iniciada pelos estudantes de Córdoba, por um Decreto Presidencial legitimando e consagrando as aspirações estudantis, e dias depois designa como interventor da Universidade Nacional de Córdoba o Dr. José Salinas, que dá implementação às reformas.

Os principais pontos de reivindicação do Manifesto aprovados pela Reforma Universitária de Yrigoyen

Em Cúneo temos uma extensa explanação das bases pontuais de reivindicação dos estudantes, e destacamos:

- “1. *Auntonomia de la universidad.*
2. *Reforma del sistema docente.*
3. *Revisión de los métodos y del contenido de los estudios.*
4. *Extensión universitaria.*”

Verificados por Darcy Ribeiro, como 5 grandes pontos de reivindicação:

- “. *representação discente e participação nos órgãos diretores;*
- . *gratuidade do ensino;*
- . *autonomia universitária;*
- . *ingresso público para carreira docente;*
- . *eleição dos dirigentes através de assembléias com participação estudantil e docente*”.

que segundo Schulte, tiveram aprovação assim contemplado e resumido no Decreto Presidencial de Yrigoyen:

- “. *La elección de los cuerpos directivos de la universidad por la propia comunidad universitaria y participación de sus elementos constitutivos: profesores, graduados y estudiantes;*
- . *La implantación de los concursos de oposición para la selección del profesorado y periodicidad de las cátedras;*
- . *La docencia libre;*
- . *La asistencia libre;*
- . *La modernización de los métodos de enseñanza;*
- . *La asistencia social a los estudiantes y con ello una democratización del ingreso a la universidad*”.

Depreendemos que, de uma maneira, estavam dispostos pontos básicos gerais que eram a democratização da organização das universidades com participação dos estudantes no governo universitário; luta contra o dogmatismo e apoio à liberdade filosófica nas cátedras, bem como alcançar alternância de acesso às cátedras pelo concurso público, livre freqüência às aulas e modernização dos métodos de ensino em contraposição ao antigo dogmatismo caduco vivido anteriormente.

Todos os autores consultados são unânimes em expressar o movimento reformista se espraiando pela América Latina, com sucessos especialmente no Peru, Chile e México logo nos anos seguintes ao do Manifesto de Córdoba, e mais tarde em Cuba. Schulte associa que

“la configuración original da forma a la universidad latinoamericana de hoy”

é a de uma instituição nascida das apropriação dos ideais e das formas contidas no Manifesto de Córdoba, e por isso, autenticamente latino-americana. E Ouriques corrobora que

“Com efeito, o resultado do ambicioso horizonte da reforma universitária de 1918 logo poderia ser observado com intensidade em vários países da região, só perdendo vitalidade após 1929, quando os efeitos destrutivos da crise mundial do capitalismo redefiniram drástica e rapidamente a relação entre a economia, as classes sociais e o Estado, o que conspirou contra os nobres e estratégicos objetivos conquistados anteriormente. Assim, em um país após o outro Peru, Chile, Colômbia, Panamá, Bolívia, México, Cuba, Paraguai os estudantes e os espíritos livres não tardaram em manifestar no mesmo diapasão de Córdoba”

no que Mariategui explana em várias páginas, aprofundando em particularidades acontecidas no Peru. Alimonda destaca o aspecto “continentalidade” como característica predominante desde o princípio do texto do Manifesto:

“o traço mais característico do movimento é seu continentalismo. Os estudantes não falam como cordobesses ou argentinos, mas como latino-americanos, e invocam a solidariedade continental”. O movimento ganha outros países. No Chile, Peru, México e Cuba a “Reforma Universitária” deixará profundas marcas na conformação do horizonte intelectual e político. “Os estudantes” aparecem como uma força social antioligárquica. No México incorporam-se à política cultural da Revolução. No Peru, simbolizados nas figuras de Haya de la Torre e Mariátegui, formam a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) e o Partido Socialista. Em Cuba, é do movimento estudantil que se origina o Partido Comunista”.

Uma questão a ser notada e objeto de estudo para outra investigação: em nenhum texto consultado faz-se referência a alguma mulher relacionada à vida política na Argentina, do período colonial à república daqueles dias, na participação neste movimento dos estudantes, e nem na elaboração ou assinatura do documento. No preâmbulo do texto do Manifesto os estudantes se referem aos 'homens livres da América’, e não aos homens e mulheres livres da América e, certamente devido ao machismo na época. O observável é que nenhum dos textos se refere à participação das mulheres na cena política, e na acadêmica daqueles tempos.

Anos depois, enquanto na Argentina os ideais contidos no Manifesto encontram barreiras e retrocessos na modificação da estrutura do sistema educacional e na gestão das universidades, o sistema político americano sofre abalo no decorrer do século XX, e outros fatos fazem a luta pela liberdade e democracia se tornar mais acirrada. A Argentina do século XX não ficaria fora dessa onda de golpes militares indo e vindo. O Fascismo, Nazismo, a II Guerra Mundial, as tantas ditaduras militares que se implantaram no continente, muito mais tarde, o declínio da União Soviética e a queda do muro de Berlim e, atualmente, o terrorismo internacional, são fatos que determinam que na área da educação se discuta o que fazer ante essa realidade que provoca ondas sem fim de barbárie e morte.

Mas, o Manifesto de Córdoba ecoaria pelo continente, e daria inspiração para as discussões e proposições para se fazer a resistência àquela ordem que quer restringir a democracia e autonomia das universidades dos finais do século XX e inícios do século XXI. O documento pedia “uma hora americana”, certamente num sentido ampliado de que vivêssemos uma universidade e sociedade a partir da construção de um saber descolonizado e com identidade própria.

Referências

Obras citadas

- ALIMONDA, Héctor. José Carlos Mariategui. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, sd.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann. La universidad latinoamericana ante los retos del siglo XXI. México: Unión de Universidades de América Latina, 2003. Capítulo II: Desarrollo histórico de la universidad en América Latina. Págs. 53-73.
- BOUFLEUER, José Pedro. Pedagogía latino-americana: Freire e Dussel. Ijuí: UNIJUI Ed. 1991. Coleção Educação: 12.
- BRUNNER, Jose Joaquin. Educación Superior en América Latina: cambios y desafíos. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- BUCHBINDER, Pablo. In Historia de las universidades de América Latina. México: UDUAL, 1999. Capítulo: Argentina. Págs. 63-120.
- CARNEIRO, David Antônio da Silva. História esquemática da Educação das Universidades no mundo. Surto da primeira Universidade no Brasil. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984. Págs. 53-54.
- CÚNEO, Dardo. La Reforma Universitaria. 2ª. Ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.1.
- MARIATEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1979.
- OURIQUES, Nildo. Entre Córdoba e Washington: a disputa pela reforma universitária na América Latina. In RAMPINELLI, Waldir José; ALVIM, Waldir;
- RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SADER, Eder (org.). Che Guevara: política. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Obras consultadas

- RODRIGUES, Gilmar (organizadores) Universidade: a democracia ameaçada. São Paulo: Xamã, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.
- PAIVA, Vanilda; WARDE, Miriam Jorge (organizadores). Dilemas do ensino superior na América Latina. São Paulo: Papyrus, 1994.
- RAMÍREZ, Hernán , La Universidad de Córdoba: socialización y reproducción de la elite en el período colonial y principios del independiente, Córdoba, Ferreyra Editor, 2002.

Textos copiados da Internet consultados e/ou citados

El Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba, 21 de junio de 1918. Tomado de Federación Universitaria de Buenos Aires, La Reforma Universitaria, Buenos Aires, 1959, pp. 23-27. Acceso em 12 mar 2007. <http://www.analitica.com/Bitblo/argentina/cordoba.asp>.

Los Jesuítas em Córdoba. Acceso em 05 mai 2007. <http://www.vallepunilla.com.ar/jesuitas/jesuitas.html>

KOHAN, Nestor. La influencia del Che en América. El Recorrido del Marxismo en el siglo 20. Acceso em 05 mai 2007. http://oaranda.free.fr/ideologia/catedra/influencia_che_en_america.htm.

FUNES, Patricia. Mariátegui e América Latina. El Recorrido del Marxismo en el siglo 20. Acceso em 05 mai 2007. http://oaranda.free.fr/ideologia/catedra/mariategui_y_america_latina.htm.

LEY 1.597. Estatutos de las Universidades Nacionales. Acceso em 05 mai 2007. <http://www.coneau.edu.ar/index.php?item=16&apps=32>.

ALIMONDA, Héctor. A invenção da América Latina e outras obsessões. Acceso em 05 mai 2007. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/hector2.htm>

CAO, Claudia. El movimiento estudiantil argentino: la Reforma Universitaria y el surgimiento de la F.U.A. Acceso em 24 abr 2007. <http://lanuevoderecho.com.ar/Políticas/IdRef/Reforma-Cao2.htm>

CANCINO, Hugo. El movimiento de reforma universitária em Córdoba, Argentina, 1918. Para uma relectura de su discurso ideológico. Acceso em 05 mai 2007. http://www.discurso.aau.dk/cancino_nov04.pdf

PANIZZI, Wrana Maria. A Reforma de Córdoba e seu significado para a construção do espaço acadêmico comum. Acceso em 12 mar 2007. <http://www.campus-oei.org/superior/boletin2c.htm>

GÓMEZ, Roberto Rodríguez y CONTIGIANI, Alicia Ziccardi. Propuesta para el desarrollo de las Ciencias Sociales y las Humanidades en México. Acceso em 09 mai 2007. <http://www.tuobra.unam.mx/publicadas/010909003010.html>

ARAMBURU, Agustín García. El pensamiento de la reforma universitaria de 1918: la reforma universitaria de Rubén Darío a las Vanguardia. Acceso em: 27 abr 2007. <http://www.temakel.com/histreformau.htm#MANIFIESTO%20DE%20LA%20REFORMA%20UNIVERSITARIA%20DE%201918>

VENDITTI JUNIOR, Rubens. Um breve histórico das Teorias de Educação para profissionais da Educação Física atuantes no ambiente escolar: o referencial “Escola e Democracia” de Dermeval Saviani. Acceso em 12 de jun 2006. <http://www.efdeportes.com/efd79/saviani.htm>

Escolanovismo na Argentina. Acesso em 29 jun 2007.
<http://educacion.idoneos.com/index.php/123754>

SCHULTE, Renate Marsiske. Historia de la autonomia universitaria en América Latina. Acesso em 29 jun 2007.
http://scielo.unam.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982004000000008&lng=es&nrm=iso

TRINDADE, Hélió. Por que e como reformar a Universidade: mitos e realidades. Seminário Universidade: Por que e Como Reformar?
<http://www.acceder.buenosaires.gov.ar>

TRINDADE, Hélió. Universidades federais: modelos superados? Acesso em 25 jun 2007.
http://72.14.209.104/search?q=cache:5tgL_FHBFBIJ:www.enecos.org.br/docs/ifes_htrindade.doc+%22H%C3%A9lio+Trindade%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=6&gl=br

WORLD BANK. Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria, Washington, 2002. Acesso em 29 jun 2007.
http://216.239.51.104/search?q=cache:07l_X_EyHTkJ:wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/8d6661f6799ea8a48525673900537f95/8fc1ddb6ccb824785256dc2005984bc/%24FILE/1Tertiary%2520Education%2520_cover_index_%2520spa.pdf+Construir+Sociedades+de+Conocimiento:+Nuevos+Desaf%C3%ADos+para+la+Educaci%C3%B3n+Terciaria%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br

TAMPIERI, Susana. El legado de Enrique Barros a 86 años de la reforma universitaria. Acesso em: 27 abr 2007. sociedad. Acesso em 5 de jun 2007.
<http://noticias.iruya.com/content/view/413/417/>

Ley de Educación Nacional Argentina - Documento base. Acesso em 09 jun 2007.
http://debate-educacion.educ.ar/ley/documentos-ley/documento_base.php

TRAGTENBERG, Maurício. Os caminhos da democratização da Universidade. Acesso em 25 jun 2007. http://www.espacoacademico.com.br/026/26tp_mt19101980.htm

COSTA, Kátia Cilene da. Reforma universitária e Manifesto de Córdoba: estudo comparado entre Brasil e Argentina. Acesso em 05 mai 2007.
<http://216.239.51.104/search?q=cache:l6dRFincpUIJ:www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/K%C3%81TIA%2520CILENE%2520DA%2520COSTA.pdf+%22+estudo+comparado+entre+Brasil+e+Argentina%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br>

AROCENA, Rodrigo y SUTZ, Judith. La Universidad Latinoamericana del futuro tendencias - escenarios alternativas. Acesso em 09 jul 2007.
<http://www.oei.es/salactsi/sutzarocena07.htm>